



Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmiento

ASPECTOS TERRITORIAIS DA OCUPAÇÃO CASTREJA NA REGIÃO DO ENTRE DOURO E VOUGA.

SILVA, António Manuel S. P.

Ano: 1999 | Número: 109a

Como citar este documento:

SILVA, António Manuel S. P., Aspectos territoriais da ocupação castreja na Região do Entre Douro e Vouga. *Revista de Guimarães*, Volume especial - Actas do Congresso de Proto-História Europeia, 1999, p. 403-429.

Casa de Sarmiento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmiento, 51
4800-432 Guimarães
E-mail: geral@csarmiento.uminho.pt
URL: www.csarmiento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Aspectos territoriais da ocupação castreja na Região do Entre Douro e Vouga

António Manuel S. P. Silva*

Revista de Guimarães, Volume Especial, I, Guimarães, 1999, p. 403-429

Resumo

Faz-se um balanço actualizado dos conhecimentos sobre a ocupação castreja na região do Entre Douro e Vouga litoral, salientando alguns aspectos da implantação dos povoados e da sua articulação com a rede hidrográfica e a linha de costa no 1º milénio a.C. Analisa-se a dimensão dos povoados como elemento de hierarquização e definição de centralidades, em correlação com outros elementos qualificantes, como a presença de balneários. Comentam-se também algumas propostas recentes sobre a distribuição dos diferentes *populi* pré-romanos a partir das fontes epigráficas e históricas.

Abstract

Focused on the Portuguese coastal region located between the rivers Douro and Vouga, the paper summarises and reviews the main framework of Iron Age *castros*' distribution, pointing out its location related to topography, watercourses and the Atlantic sea. The size of the several *oppida*, as well as the existence of other relevant features (namely the baths with '*pedras formosas*') are also analysed. Some recent suggestions about the distribution of pre-roman *populi* according to epigraphical and historical sources are also commented.

1. Sumário geográfico

Uma brevíssima apresentação física da área de estudo poderá ser útil para destacar algumas características gerais que desde tempos remotos condicionaram ou potenciaram o povoamento humano desta região.

Abordamos aqui o espaço geográfico do Centro-Norte de Portugal compreendido entre os rios Douro e Vouga na sua franja mais litoral, isto é, a área

* Arqueólogo. Gabinete de Arqueologia Urbana da Câmara Municipal do Porto. Centro de Arqueologia de Arouca.

delimitada pelo Oceano Atlântico e pelos relevos expressivos do maciço orográfico Gralheira-Montemuro, com altitudes na ordem dos 800-1200 metros (Estampa I).

A orografia desta região mostra-nos uma acentuada gradação de patamares altimétricos, como se pode ver na carta reproduzida (Est. I), que vão desde a planície aluvial do litoral atlântico, com os primeiros relevos entre as curvas de nível dos 50 e 150 metros, passando depois por um nível basal que vai até aos 400 metros, e alteando-se depois o território até aos níveis montanos entre os 800 e os 1100 metros que caracterizam o *Maciço da Gralheira*, que reúne as serras da Freita, Arada e Arestal, servindo de algum modo de limite oriental à região que analisamos.

A geomorfologia e litologia apresentam como elementos mais expressivos três grandes unidades. No sector Leste, a grande mancha beirã do complexo xisto-grauváquico, que alterna e por vezes se metamorfiza com diferentes séries de granitos (Pereira *et al.* 1980). No litoral, a designada orla meso-cenozóica, que é composta principalmente por contextos sedimentares recentes, nomeadamente coberturas dunares dos finais do Würm/Holoceno (Araújo 1991). Estas formações articulam-se com um dos aspectos essenciais da geografia desta área, que é o da significativa alteração dos níveis marinhos e consequentemente da linha costeira, fenómeno provocado pelas variações eustáticas durante o Pleistoceno, e pela transgressão flandriana, seguida de um longo processo de assoreamento e formação de restingas, desde o 3º milénio a.C. até aos finais da Idade Média, com natural incidência no povoamento da Idade do Ferro, como adiante se verá. (Daveau 1980; 1995; Ribeiro e Lautensach 1987).

Trata-se de uma zona bem irrigada, provida de numerosos cursos de água permanentes, de que se destacam os rios Paiva, Arda, Uíma, Antuã ou o Caima, e distribuída pelas duas grandes bacias terminais do Douro e do Vouga.

Esta diversidade geológica e altimétrica ainda hoje explica, pelo menos parcialmente, diferentes ecossistemas e ambiências socio-económicas, podendo observar-se, na verdade, várias “sub-regiões” neste Entre Douro e Vouga, como sejam: (1) uma zona litoral e intermédia de altitudes médias, mais a Norte, corredor tradicional de circulação, pontuada por colinas e vales húmidos e férteis propícios tanto à agricultura como à criação de gado, no que constitui porventura o *facies* mais minhoto

desta região; (2) a zona de ambiência lagunar, associada às múltiplas ramificações da ria de Aveiro, eixo de circulação primordial para o interior, em que naturalmente a agropecuária se associa à exploração dos recursos fluviais e do sal, produto de grande tradição bem documentada historicamente; (3) uma área montana na Gralheira e Montemuro, de cultivos de encosta e vivência agro-pastoril; e, por fim, poderíamos ainda isolar (4) as encostas do vale do Douro, a Norte, marcadas precisamente pela presença e vivência deste importante curso de água.

Falamos, como se vê, de uma “região” pouco homogénea mas que, por isso mesmo, potencia enormemente a análise das redes e formas de povoamento antigas¹.

2. Os dados disponíveis

A região do Entre Douro e Vouga nunca se salientou no panorama da investigação arqueológica sobre a designada cultura castreja² nem pela abundância de escavações e outras pesquisas de campo, nem pelos estudos regionais ou de discussão teórica. Pode mesmo dizer-se que, para além da publicação de achados ocasionais ou pequenos estudos pontuais³, as primeiras escavações arqueológicas modernas remontam aos começos dos anos’70, altura em que Carlos Alberto Ferreira de Almeida realizou trabalhos no Castro de Fiães (Almeida e Santos 1971; 1972).

Deste modo, os trabalhos de prospecção e inventariação que vimos realizando nos últimos anos (Silva, A. M. 1988; 1993^a; 1993b; 1994; 1997; no prelo) têm ainda como objectivo fundamental proceder à revisão e verificação da informação disponível para actualização da cartografia dos povoados castrejos. Assim, o recenseamento dos castros desta região contabiliza actualmente 37 povoados (Est. II), inventariados com base em dados arqueológicos explícitos ou reconhecidos a partir de indicações toponímicas e características topográficas que considerámos seguras.

¹ Do ponto de vista administrativo a área de estudo estende-se essencialmente por 15 concelhos do distrito de Aveiro (Águeda, Albergaria-a-Velha, Arouca, Aveiro, Castelo de Paiva, Espinho, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira de Azeméis, Ovar, Sever do Vouga, Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Vale de Cambra), a que se junta o de Vila Nova de Gaia, do distrito do Porto.

² Expressão que aqui empregamos por mera comodidade de linguagem, sem querer nesta ocasião discutir a sua fundamentação arqueológica ou antropológica.

³ Cfr., para a historiografia da investigação arqueológica na região, Silva, A. M. 1994 e Silva, A. M., no prelo.

Uma primeira análise da distribuição cartográfica dos povoados revela uma densidade de estações pouco elevada, na ordem de um castro por cerca de 50 km² (se descontarmos os terrenos do litoral que na Idade do Ferro estariam imersos), o que parece confirmar a já assinalada desproporção entre esta área meridional da cultura castreja e o Noroeste minhoto e duriense ou a generalidade das regiões galegas, com densidades muito superiores (Tranoy 1981; Carballo 1986).

Todavia, é importante notar que o desenvolvimento da prospecção é muito desigual por toda esta vasta região e não nos parece que o número de estações localizadas seja ainda suficiente para cálculos desta natureza. Com efeito, se computarmos também diversos elementos toponímicos algo imprecisos ou outros sítios ainda não confirmados, estes valores alteram-se substancialmente. Por outro lado, obviamente, haveria que possuir dados relativamente seguros sobre a cronologia de cada povoado, o que estamos ainda longe de atingir.

Com efeito, é preciso sublinhar que destes 37 castros, 26 (70%) nunca tiveram qualquer escavação arqueológica (ou tiveram, num ou noutro caso, trabalhos antigos de que não possuímos qualquer informação aproveitável)⁴. Dos 11 que foram intervencionados (em alguns casos apenas com pequenas sondagens muito localizadas) apenas de dois (Romariz e Ovil) existem plantas gerais das estruturas com uma cobertura significativa da área de ocupação (Silva, A. C. 1986; Silva e Salvador, no prelo).

3. Os povoados

Mau-grado estas limitações, podem apontar-se alguns elementos de interesse para uma breve caracterização de conjunto dos povoados proto-históricos conhecidos.

Da análise da implantação dos castros resulta uma distribuição por intervalos altimétricos que em pouco se afasta da tendência geral observada por todo o Noroeste português (Est. III). Nota-se efectivamente uma substancial concentração de povoados situados em relevos com cotas inferiores a 400 metros (68% das estações),

⁴ Como é o caso, por exemplo, do Castro de Ossela (Oliveira de Azeméis), escavado pelo Museu Municipal do Porto em 1908 mas de cujos resultados nunca se publicou qualquer notícia desenvolvida (VV.AA. 1909).

enquanto apenas 2 castros (Monte Castêlo, em Arouca e Perrinho, Vale de Cambra) se localizam a altitudes superiores aos 600 metros e apenas um (Chão do Carvalho, V. Cambra) ultrapassa os 800 metros.

Aspecto importante é o da articulação dos castros com a rede hidrográfica, que é evidente à macro-escala regional mas patenteia-se com maior clareza ainda se considerarmos a localização topográfica dos povoados. De facto, em mais de metade dos casos os castros detectados instalaram-se junto de rios ou ribeiros, que muitas vezes constituem mesmo elementos defensivos essenciais, como sucede nos castros de Ovil (Espinho), Sandim, Baiza (Vila Nova de Gaia), Salreu (Estarreja), Ossela (Oliveira de Azeméis), Parada, Sandiães (Vale de Cambra), Cabeço do Vouga (Águeda) e outros (Silva, A. M. 1994).

No que respeita à análise da relação dos povoados com o Oceano Atlântico, é indispensável considerarmos o traçado conjectural da linha de costa durante o 1º milénio antes de Cristo, o que tentamos fazer a partir das propostas de geógrafos e outros autores que se têm debruçado sobre esta questão (Girão 1922; 1941; Souto 1923; 1953; Martins 1946)⁵. Como se pode ver pelo esboço apresentado (Est. IV)⁶, alguns castros cuja relação com o mar pode hoje parecer menos óbvia, eram efectivamente plenos castros marítimos, que só as deposições pós-flandrianas e a formação das restingas litorais (Daveau 1995) “afastaram” um pouco da orla marinha. É o que sucede com o castro de Ovil, que por certo poderá relacionar-se com a armadilha de pesca em madeira e vime encontrada há anos na praia de Silvalde e datada pelo radiocarbono dos sécs. I-II da nossa era (Alves *et al.* 1989), época em que o castro poderia ainda estar ocupado. Também mais a Sul, na desembocadura do Vouga, os castros de Cacia, Verdemilho (Aveiro) e Cabeço do Vouga eram realmente castros litorais. Cacia e Cabeço do Vouga, aliás, têm sido considerados como hipotéticos pontos de comércio marítimo (Mantas 1990), com posição similar à que *Cale* (o Porto) ocuparia na foz do Douro (Silva, A. C. 1995^a), o que de resto carece de confirmação arqueológica.

⁵ Para um sumário ligeiro sobre esta questão veja-se ainda Oliveira 1988.

⁶ A reconstituição da linha costeira vouguense entre o 1º milénio a.C. e o período da ocupação romana que aqui apresentamos é naturalmente esquemática. Decalca essencialmente o mapa publicado por Álvaro Reis (1993:18, sem indicação de fonte).

Uma outra apreciação de conjunto -ainda numa perspectiva acrónica- pode ainda ser feita a partir das dimensões dos povoados (Est. V). Esta é naturalmente uma questão extremamente difícil, dada a grande escassez de escavações e dados publicados. Mesmo o cômputo das áreas “intra-muros” exigiria o reconhecimento e implantação sistemáticos do perímetro integral das estruturas de delimitação dos povoados, sejam muralhas, taludes ou fossos, o que é muito difícil de realizar.

Ainda assim, com base essencialmente nos reconhecimentos de campo e na análise cartográfica, podemos ensaiar uma distribuição da maior parte das estações em três classes de grandeza: povoados com uma superfície inferior a 2 hectares, com uma superfície entre 2 e 6 hectares e os sítios claramente maiores, cuja área poderia ultrapassar os 6 hectares (Estampas V e VI)⁷.

Verificamos que quase 60% dos castros onde foi possível estimar a respectiva superfície não excedem os dois hectares, distribuindo-se os restantes por áreas de maior grandeza. Apenas dois castros, todavia (Monte Murado, em Vila Nova de Gaia e Sardoura, Castelo de Paiva) ultrapassarão claramente os 6 hectares de superfície. A distribuição cartográfica, aliás, revela com nitidez a predominância dos povoados mais pequenos por toda a região, correspondendo, quer aos pequenos castros litorais quer a outros povoados mais interiores (Est. VI).

4. Linhas gerais de um quadro evolutivo

A partir do panorama que expusemos, compreender-se-á que seja muito reduzida a informação disponível para traçar esquemas diacrónicos ou modelos de desenvolvimento seguros da ocupação proto-histórica desta região, o que não impede, no entanto, algumas observações de contextualização para diferentes momentos.

Os vestígios de ocupação do Bronze Final, ainda esparsos, vêm ganhando maior consistência nos últimos anos. Destacam-se aqui um conjunto de ocorrências de objectos metálicos e de ourivesaria, aliás correlacionáveis com a riqueza mineralógica da região (principalmente em chumbo, cobre e estanho, mas também com ocorrências de ouro e prata em áreas mais a Norte). Tais achados referem-se a depósitos ou peças

⁷ Esta carta reorganiza em diferentes intervalos e corrige pontualmente cartografia similar que já havíamos elaborado (Silva, A. M. 1994, entretanto publicada também em Silva, A. C. 1995b).

isoladas, como alguns machados de bronze (Brandão 1962; Monteagudo 1977; Silva, A. C. 1986) ou o torques de Vale da Malhada, Sever do Vouga (Fortes 1907; Silva, A. C. 1986). Um provável depósito de fundidor encontrado no castro do Perrinho (Brandão 1963) incluía lâminas de punhal, machados de talão e de alvado, fragmentos de um bracelete, de uma pulseira canelada e de um capacete de crista, materiais para os quais foi proposta uma datação entre 900 e 850 a.C. (Coffyn 1983). Um pouco mais a Sul, no sopé do castro de Ossela, foi ainda achado um tesouro de 15 braceletes em ouro (Vasconcelos 1896; Silva, A. C. 1986).

Da análise dos povoados desta primeira fase de “castrização” (Rey 1995) ou “acastelamento” (Alarcão 1992c), como também se vem dizendo, parece notar-se a preferência pela instalação das comunidades em povoados de altura situados a altitudes mais significativas e de grande dominância visual, sendo relativamente restritas (talvez entre um e três hectares) as respectivas áreas de ocupação. Muralhas pétreas de algum vulto parecem já acompanhar estes primeiros castros, como parece inferir-se dos perímetros defensivos do Chão do Carvalho (Vale de Cambra) ou de Alvarenga (Arouca), neste caso de tipo quase ciclópico.

No único povoado desta cronologia onde foram realizadas sondagens arqueológicas -S. Julião da Branca (Albergaria-a-Velha)- detectou-se também uma muralha pétreia bastante expressiva, resumindo-se porém as estruturas habitacionais escavadas a buracos de poste, restos de argila com impressões vegetais e um fundo de cabana de contorno curvilíneo. Um único nível estratigráfico de ocupação e a extrema homogeneidade da cerâmica permitem a proposta para esta estação de uma cronologia de ocupação estreita, talvez na transição do segundo para o primeiro milénio a.C., não se detectando, para já, ocupação posterior (Silva, A. M. e Silva, F. 1995).

Uma cerâmica comum escura, não-micácea, de formas globulares ou tronco-cónicas e parca em motivos decorativos parece caracterizar os povoados mais antigos desta região, ocorrendo também cerâmicas brunidas, afins das conhecidas como do tipo Baiões/Santa Luzia, de forma muito esporádica.

A falta de escavações arqueológicas não permite para já isolar os castros com ocupação do Ferro Pleno, sendo na verdade muito escassos os dados sobre este

período, quer no que respeita às arquitecturas habitacionais ou defensivas, quer no toca à cerâmica ou outros elementos da cultura material. De facto, as estruturas reconhecidas até ao momento na quase totalidade das estações intervencionadas não recuarão, no geral, a datas anteriores ao séc. II a.C. É notório, todavia, que os núcleos habitacionais detectados nos castros de Romariz (Silva, A. C. 1986), Monte Murado (Silva, A. C. 1984), Baiza (Sá e Paiva 1994) ou Ovil (Silva e Salvador, no prelo) revelam um modelo organizativo do espaço doméstico aparentemente similar, sugerindo a existência de conjuntos familiares ocupando vários edifícios, geralmente de planta circular, não raro com átrio, abrindo para pátios lajeados comuns, segundo a disposição bem conhecida em muitos castros do Noroeste. Este modelo urbanístico, aliás, parece integrar sem grandes choques o *modus aedificandi* romano, como se revela pela integração ou coexistência de núcleos de diferentes tradições visível em vários castros romanizados da nossa região⁸.

Nesta fase final e de profunda transformação do mundo castrejo encontramos diferentes soluções defensivas, sendo relativamente correntes os fossos, por vezes de grande profundidade, como sucede no castro de Ovil, mas construindo-se também espessas muralhas pétreas, com muros de reforço e aparelho poligonal ou helicoidal, observáveis nos castros de UI (Marques 1989) ou de Romariz (Silva, A. C. 1986).

Se bem que o modelo careça ainda de mais segura confirmação no terreno, entendemos, na linha de Armando C. F. Silva (1993; 1995^a; 1995b), que a emergência de lugares centrais a partir do séc. II a.C. terá passado pelo eventual agrupamento de pequenos castros litorais ou interiores em povoados mais amplos e de localização estratégica, reunindo condições para exercer a “capitalidade plurifuncional” que aponta Jorge de Alarcão (1992b). Aquelas estações, impedidas porventura pela exiguidade do espaço onde se haviam implantado de desenvolver-se segundo os novos modelos urbanísticos, de inspiração hipodâmica e de qualificação das estruturas habitacionais que o contacto com o mundo romano havia possibilitado, parecem ter sido por vezes

⁸ Como pode observar-se, por exemplo, nos castros de UI (Marques 1989), Monte Murado (Silva, A. C. 1984) ou Romariz (Silva, A.C. 1986).

abandonadas no séc. I, ou pelo menos terem estagnado, em virtude da marginalização a que terão sido sujeitas no novo quadro socio-económico que favorecia os povoados mais ricos e desenvolvidos, como parecem sugerir os resultados dos trabalhos arqueológicos de Ovil (Silva e Salvador, no prelo) ou do castro da Baiza (Sá e Paiva 1994), o mesmo podendo ter sucedido (a avaliar pelas cerâmicas de superfície) no pequeno castro gaiense de Sandim.

5. Lugares centrais e territórios

Regressando ao nosso propósito de tentar distinguir eventuais discontinuidades espaciais ou culturais num conjunto de povoados com um volume global de informação tão pequeno, entendemos que à escala em que trabalhamos e com as lacunas de cartografia e caracterização que reconhecemos, a demarcação de territórios de exploração económica ou análises locais de tipo “polígonos de Thiessen” (independentemente das críticas que estes métodos têm suscitado) não nos parecem prioritárias de momento (Silva, A. M., no prelo). Voltemo-nos de novo, então, para a questão das dimensões dos castros.

A simples hierarquização dos assentamentos por superfície (Est. VI), tomando como critério cronológico a sua ocupação nos finais do 1º milénio antes de Cristo, destaca um conjunto de povoados -Monte Murado (claramente o maior de todo o Entre Douro e Vouga, com perto de 10 hectares dentro de muralhas) Ul, Sardoura, Cabeço do Vouga- cuja efectiva importância parece revelar-se também através de outros elementos, nomeadamente a implantação em pontos topográficos de grande visibilidade e visibilização (Carballo 1996^a; 1996b), a presença de sistemas defensivos complexos (por vezes com tripla ordem de muralhas e fosso) achados epigráficos ou monetários com carácter excepcional, vestígios monumentais, proximidade de vias ou necrópoles em época romana, etc.

Nesta mesma perspectiva, podemos notar que se a região litoral do Entre Douro e Vouga não possui, por exemplo, estátuas de guerreiros que possam sugerir, porventura, a localização de centros urbanos de primeira grandeza, como ensaiou Jorge Alarcão (1992c) para o Norte do País, poderemos, pelo contrário, destacar um equipamento colectivo que aparece também com frequência associado aos lugares

centrais ou, pelo menos, aos povoados de uma certa expressão demográfica e estatuto económico: os balneários castrejos, providos de “pedra formosa”.

O único achado de um balneário deste tipo, de que se conservou a pedra de entrada ocorreu no castro de Sardoura (Pinho 1947; Cardoso 1949), mas dever-se-ão talvez valorizar algumas informações dispersas que sugerem a localização de construções idênticas noutros castros importantes da região (Est. VII). Por exemplo, no Monte Murado surgiu, segundo notícia de 1920, “ao abrir uma mina (...) a quarenta palmos de profundidade, um lavadouro de pedra lavrada, num terreno que parece ter sido em tempos um vale pantanoso que depois se foi soterrando...” (Araújo 1920); em Romariz descobriu-se em começos do século “um forno grande, de boca larga, tendo em frente um eirado” (Santos 1940). Outras notícias referem achados similares para Ul, Fiães (Feira) e Cacia, se bem que nestes últimos casos um pouco mais vagas (Silva, A. M. 1994; no prelo).

Tratando-se de estruturas localizadas em zonas de encosta ou mesmo no sopé dos povoados, facilmente estes hipotéticos balneários terão sucumbido a arroteamentos ou urbanizações modernas, pelo que entendemos que estas informações devem ser revalorizadas, se bem que no próprio contexto arqueológico das respectivas estações.

Deste modo, a par da consideração das dimensões dos povoados (hipotética base de cálculo para efeitos demográficos), elemento que parece essencial para a definição da centralidade, como acontece por toda a Europa da Idade do Ferro (Alarcão 1992b), entendemos que outras variáveis podem ser chamadas à discussão, sendo o tema dos balneários, obviamente, uma mera sugestão de trabalho.

6. *Populi e ciuitates*: propostas recentes

Algumas propostas recentes (Silva, A. C. 1996; Alarcão 1998) de cartografia, ou pelo menos de distribuição espacial de natureza étnico-política, se assim pode dizer-se, das unidades populacionais de maior escala referenciadas na nossa região justificarão aqui breve comentário.

Recordemos primeiro as principais fontes clássicas e os dados arqueológicos disponíveis. Os enunciados mais completos que referem povos e lugares do Entre Douro e Vouga serão, por um lado, a passagem do Itinerário de Antonino que sequencia, com a respectiva distância, as *stationes* do percurso viário entre *Aeminium* e *Cale*, mencionando os pontos de *Talabriga* e *Lancobriga* (Pereira 1907; Alarcão 1988b; Lopes 1995) e, por outro, o célebre trecho da *História Natural* de Plínio-o-Velho, que datará do século I (Guerra 1995), e que parece ordenada corograficamente de Norte para Sul e progressivamente do Litoral para o Interior: *A Durio Lusitania incipit. Turduli veteres, Paesuri, flumen Vagia, oppidum Talabrica*⁹.

Os dados arqueológicos, designadamente os epigráficos, parecem um pouco mais eloquentes, com a devida prudência pelo facto de normalmente não ocorrerem *in situ*. Mas resumem-se também a poucas peças aquelas que se referem explicitamente a esta região (Est. VIII). As principais são as duas *tesserae hospitalis* do Monte Murado, que confirmam o povoado como habitação e provavelmente lugar central dos *Turduli Veteres* (Silva, A. C. 1983); o cipo aparecido na área do castro de Romariz, que Armando Coelho F. Silva noticiou com referência aos *Haberi* (1992); e por fim o *terminus augustalis* encontrado junto ao castro de UI (Almeida 1953), de cronologia próxima das *tesserae* dos *Turduli* e que tanto poderá delimitar -convém recordar- uma eventual partilha de territórios Norte/Sul como no sentido Este/Oeste ou mesmo a confluência de diferentes *populi* ou unidades de outra natureza.

No castro de Fiães tem sido apontado o *ubi* de *Lancobriga*, no respeito pelo cálculo das distâncias do Itinerário de Antonino e tendo em atenção a importância do povoado, atestada arqueologicamente pelo menos no Baixo-Império. Carlos Alberto F. Almeida sugeriu mesmo a possibilidade de numa ara a Júpiter encontrada no castro poder ler-se a abreviatura da fórmula final não como *Posuit Laetus Libens* mas desdobrada como *Posuit Lancobriga* (ou *Posuerunt Lancobrigenses*) *Libens* (Almeida e Santos 1971).

A Sul, finalmente, o castro romanizado do Cabeço do Vouga tem sido apontado como provável assentamento da Talabriga mencionada nas fontes clássicas,

⁹ *Naturalis Historia*, 4, 113 (Guerra 1995).

quer em razão da sua localização estratégica como porto marítimo e simultaneamente eixo de travessia do Vouga, concordante com a enumeração de Plínio, quer considerando também a natureza relativamente monumental das estruturas aí detectadas (Madahil 1941; Alarcão 1988^a; 1988b) ou mesmo a revisão do cálculo das distâncias viárias do itinerário antoniniano e a organização administrativa medieval (Lopes 1995; 1997).

Em trabalhos publicados recentemente Armando Coelho F. Silva (1995^a; 1996) reparte a franja mais litoral do Entre Douro e Vouga entre *Turduli Veteres* e *Haberi*, associando aos primeiros os Lancobrigenses (Est. IX). Faz todavia novas propostas com relação aos respectivos lugares-centrais, confirmando o Monte Murado como capital túrdula, o que é pacífico, mas sediando pela primeira vez os *Haberi* no castro de Ul. A ser assim, e tendo em conta o termo de fronteira aqui achado, o limite do respectivo território coincidiria com a capital, o que naturalmente não é impossível. Outros lugares centrais foram posteriormente sugeridos por este Autor nos castros de Sardoura, junto ao Douro, e de Valinhas, no coração da várzea arouquense (Silva, A. C. 1998:4). Ora, se para Sardoura nos parece muito plausível esta proposta, por razões que atrás explicámos, já para Valinhas -onde desde 1988 vimos dirigindo sucessivas intervenções arqueológicas (Silva, A.M. 1994; 1995; *Idem* e Ribeiro, no prelo)- não encontramos até agora razão de peso para destacar o povoado propriamente como lugar central de um qualquer *populus*, se bem que pareça efectivamente ser um castro de alguma importância no contexto regional.

Também ultimamente, Jorge de Alarcão (1998) retomou, com base na listagem da inscrição da ponte de Alcântara¹⁰ a tarefa de redistribuição das *ciuitates* da Lusitânia portuguesa. Não interessando agora ao nosso propósito a questão da cronologia efectiva desta reorganização administrativa mas tomando como premissa que as *ciuitates* de algum modo se sobrepõem a uma territorialidade de raiz indígena, esta nova sugestão merece referência, sobretudo por em parte rever ou precisar posições anteriores do mesmo Autor (Alarcão 1988b; 1990). Efectivamente, a principal proposta de Jorge Alarcão (1998) é agora a de deslocar os *Colarni*, ou *Coilarni*, mais para

¹⁰ CIL II 760.

Ocidente, sediando-os hipoteticamente em Cárquere, local que desde há muito vinha sendo apontado precisamente como possível capital pesure. Para Oeste ficariam então os *Paesuri*, cujo limite com os *Coilarni* poderia passar pela área do Castelo de S. Paio, em Cinfães, onde se achou uma inscrição honorífica dedicada a Augusto (Russell Cortez 1948:79). A região dos *Paesuri*, cuja capital “poderia ser na área de Castelo de Paiva” (Alarcão 1998), limitaria a Poente com os Túrdulos Velhos pelo rio Arda (Est. X).

Pela nossa parte, nada de novo temos a acrescentar acerca da localização efectiva de *Coilarni* ou *Paesuri*, mas gostaríamos de fazer duas observações. Por um lado, se Cárquere parece ter constituído efectivamente um centro de notória relevância, atentas a excepcional concentração de inscrições latinas, se bem que maioritariamente funerárias, que tem fornecido (Caront 1996) e até alguma monumentalidade nas construções que entretanto foram objecto de escavação arqueológica, os trabalhos de investigação em curso não revelaram para já qualquer traço de ocupação indígena pré-romana¹¹. Ora, seja como eventual capital de *Coilarni* ou de *Paesuri*, faria talvez mais sentido que a administração romana escolhesse um núcleo já com importância e funções de centralidade no quadro autóctone. No que respeita aos Pesures, a possuírem um lugar central perto da foz do Paiva poderia bem ser Sardoura, pelas razões já aduzidas, mas não compreendemos a razão de traçar-se a fronteira pelo rio Arda, constituindo a região do Paiva, por exemplo, uma fractura muito mais marcante em termos geográficos e históricos.

Esta “partilha dos povos” que se tem tentado fazer com base em escassos monumentos epigráficos e não menos lacónicas fontes clássicas é dificultada, aliás, por um problema de base: a da classificação ou hierarquização das diferentes unidades étnicas registadas e sua localização com os topónimos. Entre os *populi* ou *gentes* referenciados no Entre Douro e Vouga a identidade de estatuto entre *Coilarni* e *Paesuri* está atestada pelo facto de ambos terem contribuído para a construção da ponte de Alcântara; entre *Paesuri* e *Turduli Veteres*, sugere-a a enumeração de Plínio. Mas que fazer aos “recém-chegados” *Haberi*? E em relação a *Talabriga* ou *Lancobriga*: seriam

¹¹ Agradecemos ao nosso amigo e colega Luis Miguel Pinho, director dos trabalhos arqueológicos em curso em Cárquere, a amabilidade destas informações.

subunidades daqueles *populi*? os seus *oppida*-capitais? ou apenas o seu sucedâneo historicamente documentado, como Alarcão (1988b) sugere para Lancobriga em relação aos Túrduos Velhos?

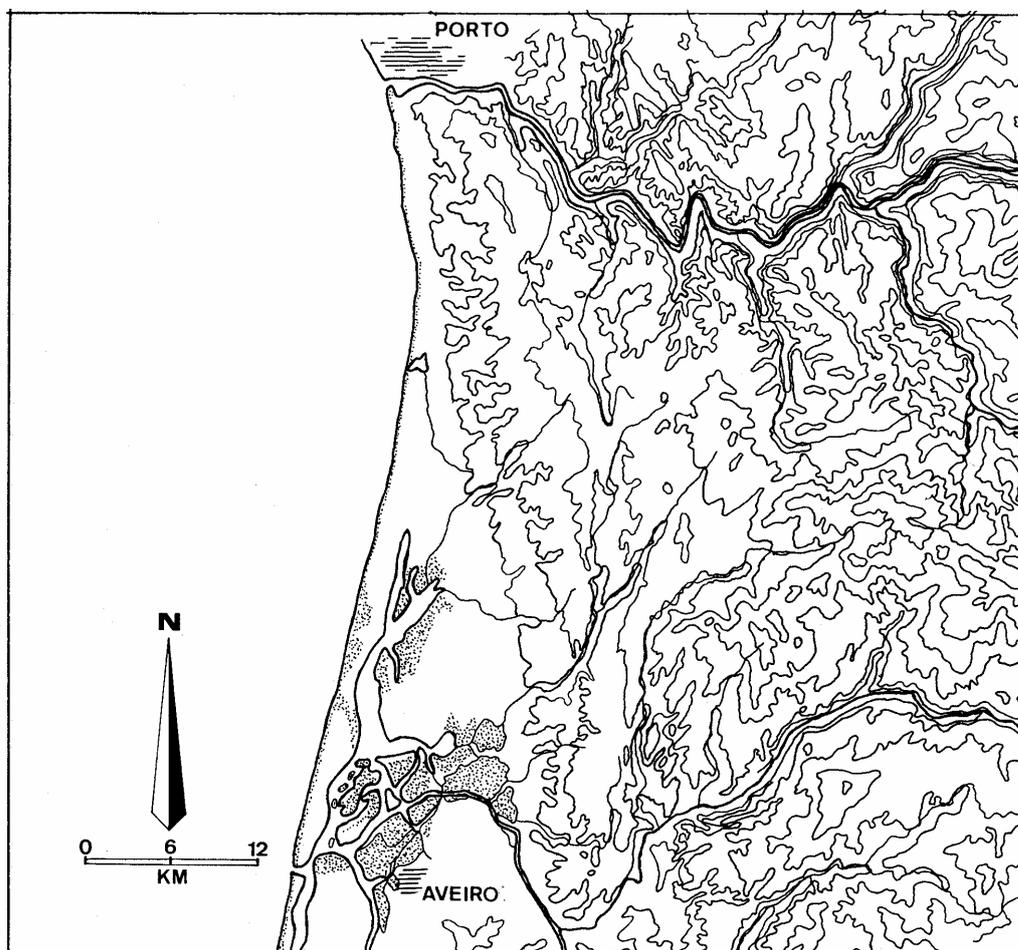
O estado da investigação não permite por enquanto distinguir, a nível dos conjuntos artefactuais ou das arquitecturas, por exemplo, quaisquer subregiões que possam prefigurar eventuais territórios e limites para estas diferentes populações, como tem sido tentado a uma escala maior (Rey 1995). Teremos por isso, provavelmente, que aguardar o acaso feliz do achado de um eventual monumento epigráfico que ilumine o problema.

* * *

Com esta pequena síntese crítica da ocupação castreja no Entre Douro e Vouga, centrada essencialmente em alguns aspectos de natureza territorial, visámos reflectir um pouco sobre aquela nos parece ser de momento uma das mais fecundas linhas de pesquisa para a arqueologia proto-histórica do Entre Douro e Vouga, a saber, a que privilegia o enquadramento dos diferentes espaços habitados e dos distintos conjuntos artefactuais no quadro mais amplo da interacção das comunidades e da etno-história regional.

Se todo o Noroeste peninsular foi durante a proto-história uma região periférica no quadro da economia mundial mediterrânica (Brun 1987), como tem sido salientado (Carballo 1996^a; 1996b), este interflúvio meridional pode ser considerado como uma periferia da periferia, apresentando talvez por isso o seu estudo um potencial acrescido para a compreensão das inter-relações e desafios que frequentemente caracterizam as zonas liminares.

Orografia do Entre Douro e Vouga



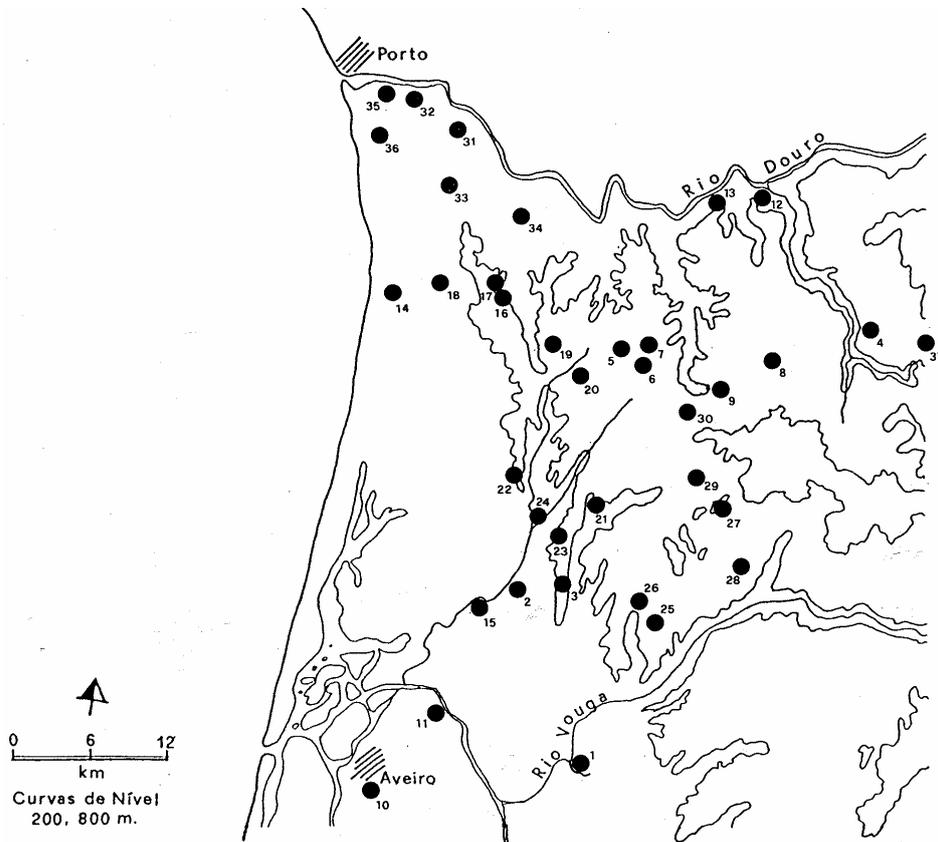
Estampa I- Curvas de nível: 50, 100, 200, 400, 800 e 1200 metros Pontilhados: areal, dunas, lodos, marinhas e arrozais
(Fonte: Carta 1:400 000, Instituto Geográfico e Cadastral)

Povoados castrejos do Entre Douro e Vouga Litoral



casadesarmento

centro de estudos do património

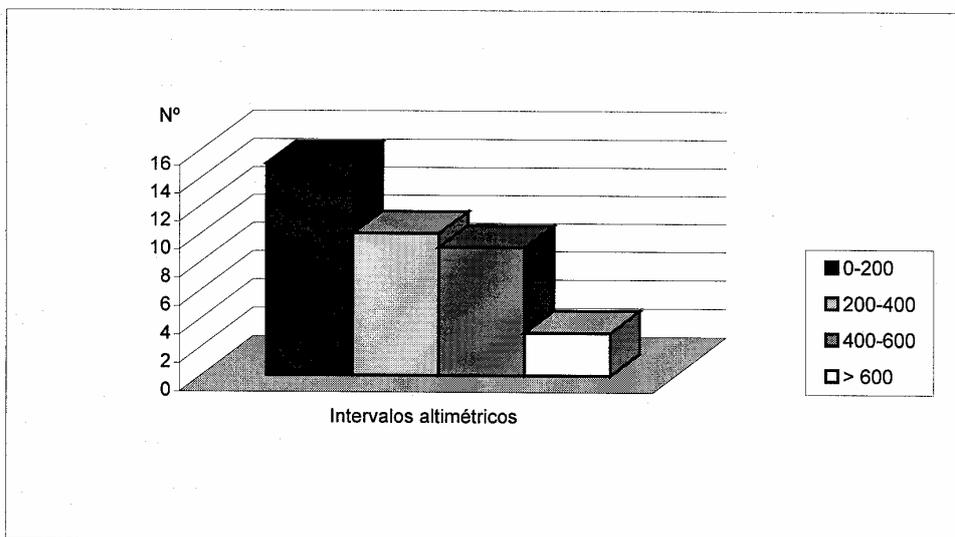


Estampa II- 1-Cabeço do Vouga (Águeda); 2-Cristelo; 3-S. Julião (Albergaria-a-Velha); 4-Alvarenga; 5-Curuto; 6-Monte Castelo; 7-Mansores; 8-Valinhas; 9-Cidade (Arouca); 10-Verdemilho; 11-Cacia (Aveiro); 12-Fornos; 13-Sardoura (Castelo de Paiva); 14-Ovil (Espinho); 15-Salreu (Estarreja); 16-Fiães; 17-Pedreiras; 18-Moselos; 19-Romariz (Santa Maria da Feira); 20-Cesar; 21-Ossela; 22-Recarei; 23-Monte das Flores; 24-UI (Oliveira de Azeméis); 25-Pena; 26-Cabeço do Aro (Sever do Vouga); 27-Chão de Carvalho; 28-Parada; 29-Sandiães; 30-Perrinho (Vale de Cambra); 31-Baiza; 32-Mafamude; 33-Monte Murado; 34-Sandim; 35-Castelo de Gaia; 36-Valadares (Vila Nova de Gaia); 37-Cabril (Castro Daire).

Distribuição dos povoados por intervalos altimétricos

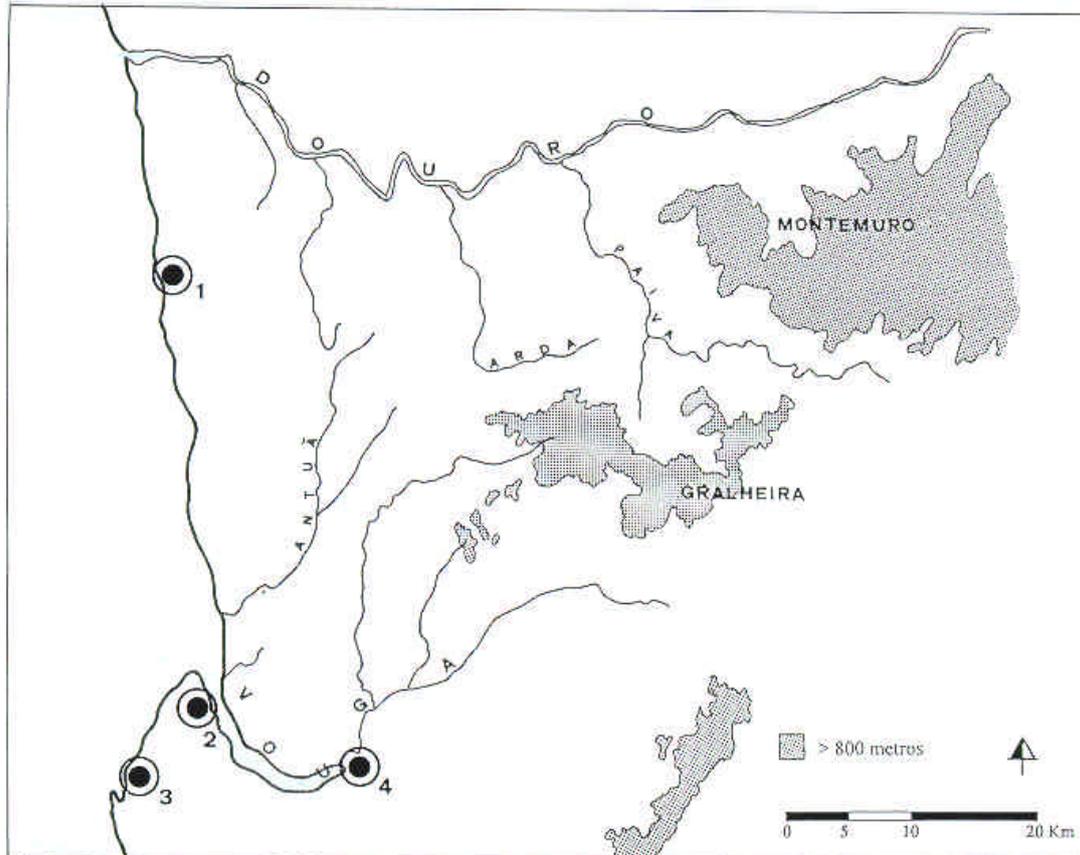


Altimetria dos castros do Entre Douro e Vouga		
Altitudes (m)	Nº	%
0-200	15	41
200-400	10	27
400-600	9	24
> 600	3	8
	37	100



Estampa III

Localização de alguns castros litorais em relação à hipotética linha costeira no 1º milénio a.C.

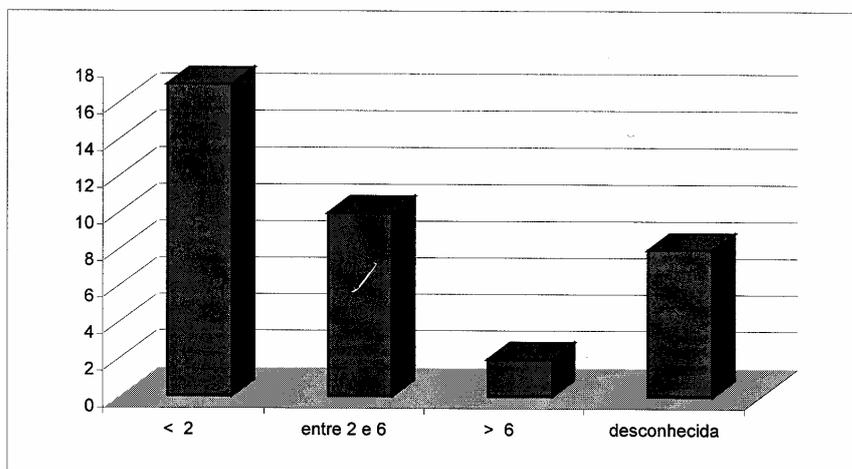


Estampa IV- 1-Ovil; 2-Cacia; 3-Verdemilho; 4-Cabeço do Vouga.



Distribuição dos povoados por intervalos de superfície

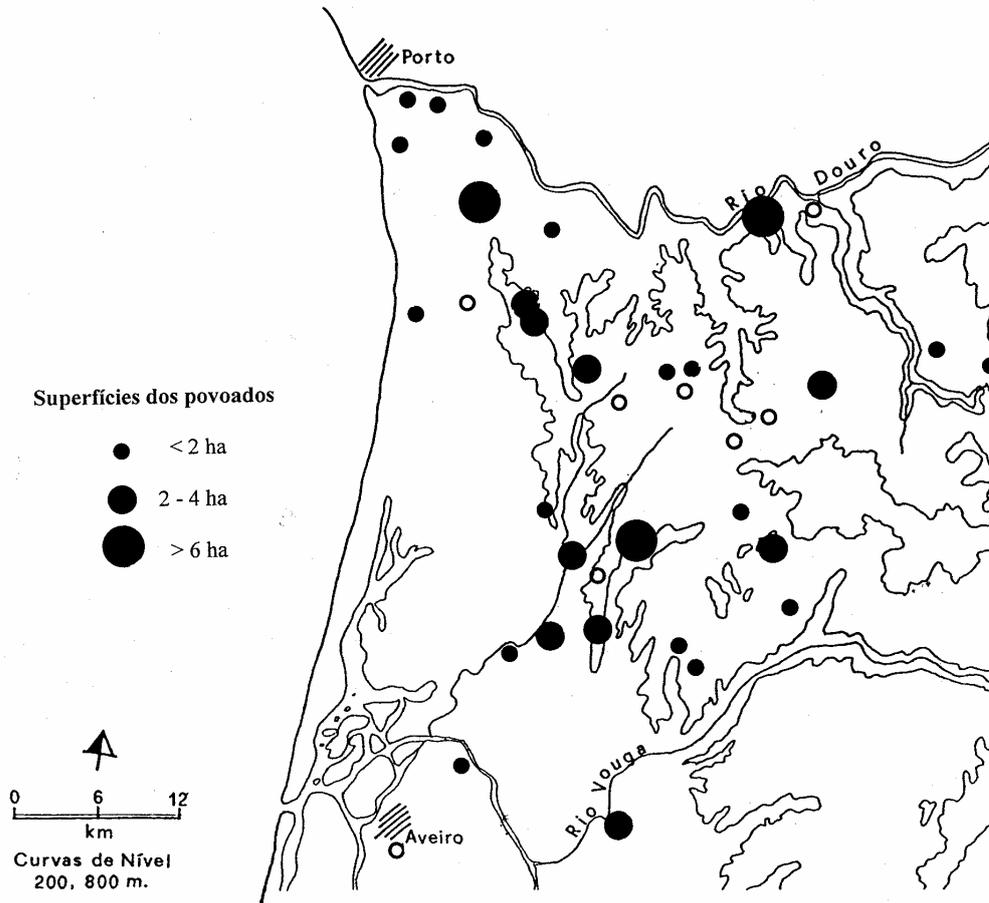
Áreas (ha)	Nº de povoados
< 2	17
entre 2 e 6	10
> 6	2
desconhecida	8



Estampa V



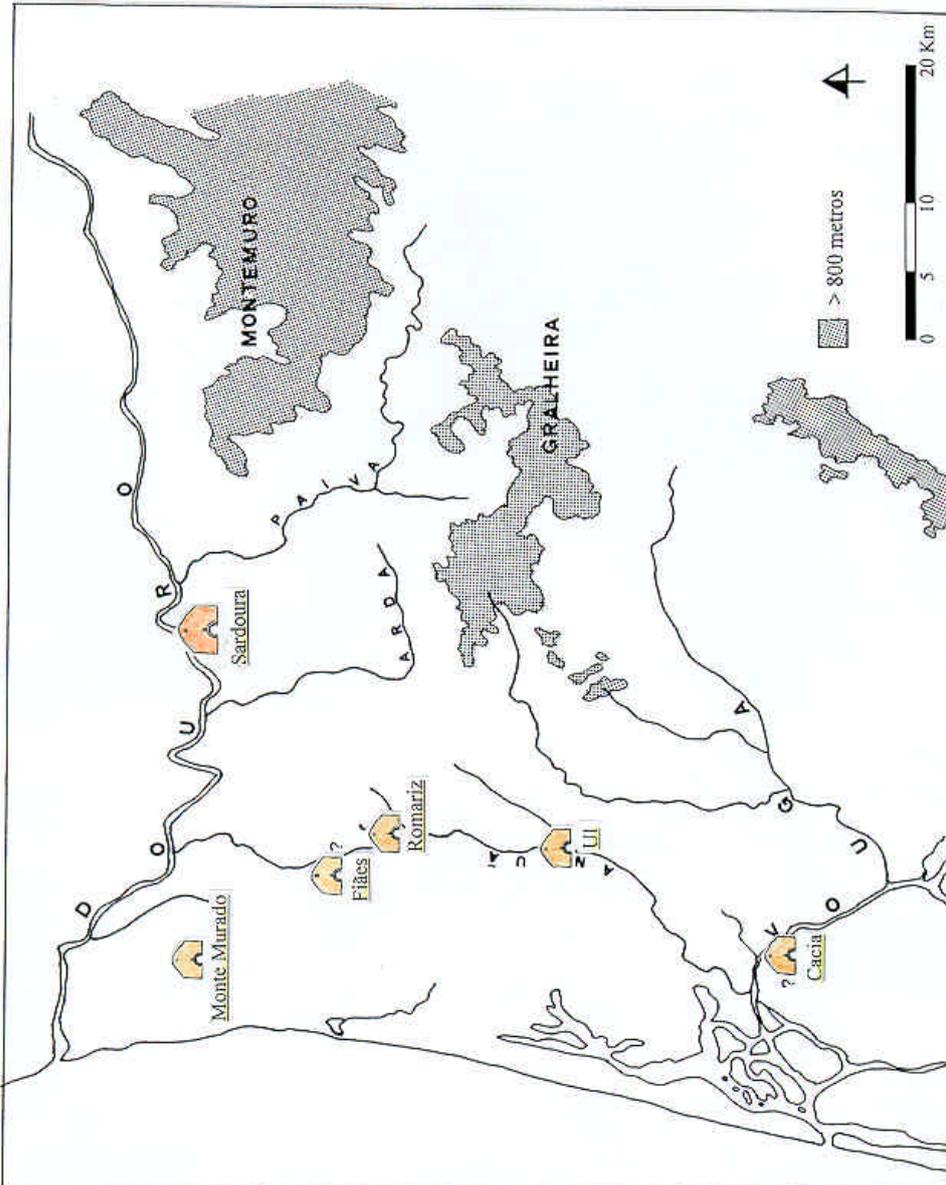
Cartografia dos povoados por intervalos de superfície



Estampa VI

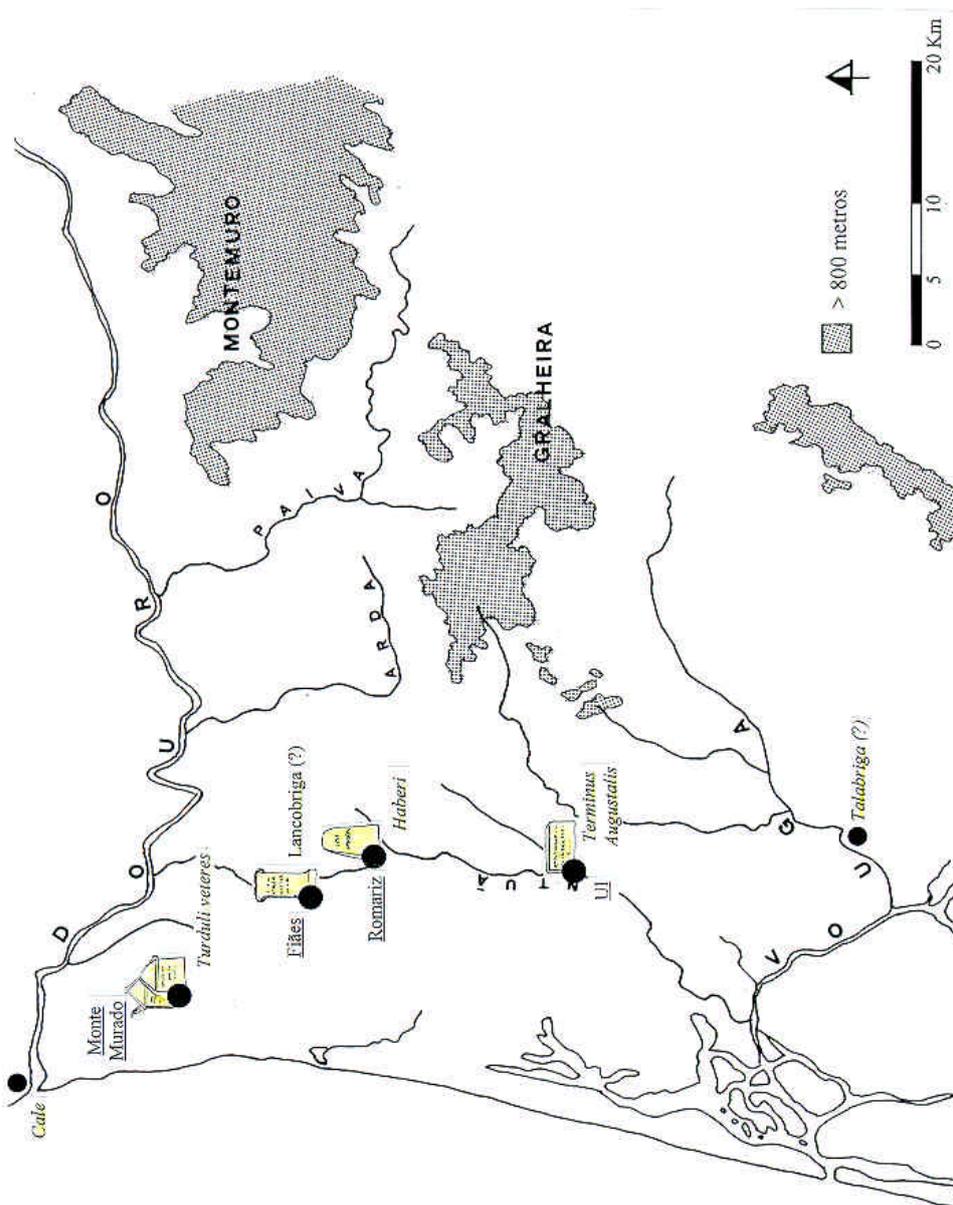


Achados e referências a balneários castrejos



Estampa VII

Fontes históricas e epigráficas de carácter etnónimoico



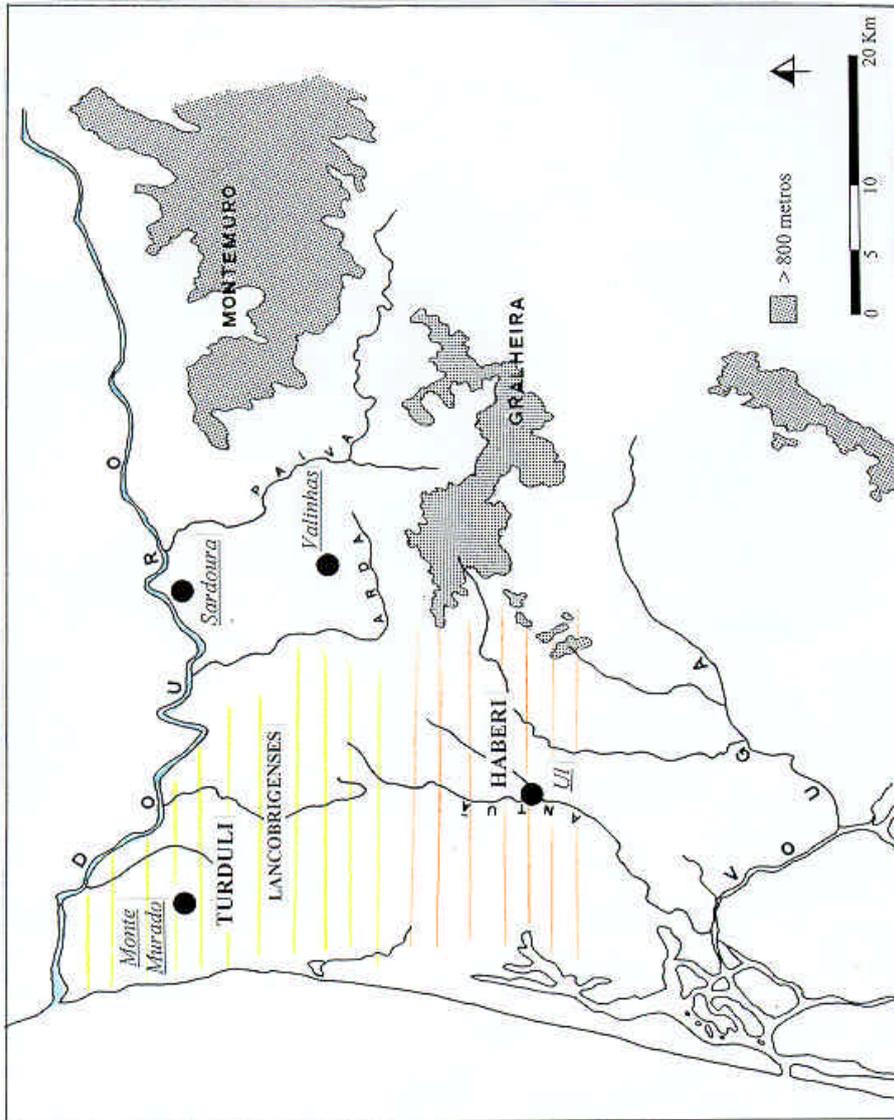
Estampa VIII

Populi do Entre Douro e Vouga Litoral



casadesarmento

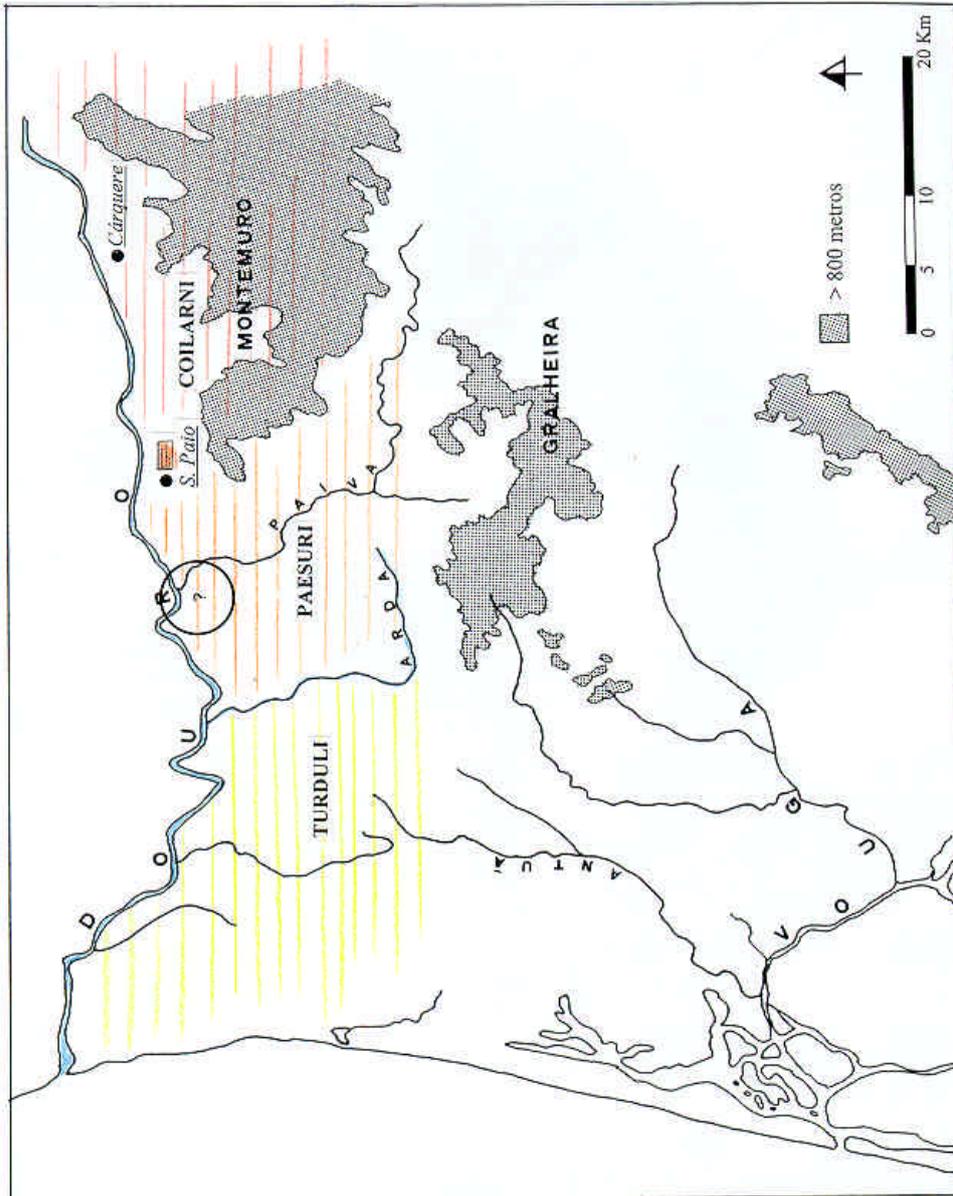
centro de estudos do património



Estampa IX- (seg. A.C.F. Silva 1996)



Populi da margem esquerda do Douro



Estampa X- (seg. J. Alarcão 1998)

Bibliografia Citada

- Alarcão, Jorge de (1988^a), *Roman Portugal. II. Gazetteer (Inventário), Fasc. 2 - Coimbra e Lisboa*, Warminster, Aris & Phillips.
- Idem* (1988b), *O Domínio Romano em Portugal*, Mem Martins, Europa-América.
- Idem* (1990), “Les villes de Lusitanie Romaine”, in *Hiérarchies et territoires. Table ronde internationale du CNRS (Talence, 1988)*, Paris, CNRS, p. 21-34.
- Idem* (1992b), “A Cidade Romana em Portugal. A formação de “Lugares Centrais” em Portugal, da Idade do Ferro à Romanização”, in VV.AA., *Cidades e História. Ciclo de Conferências...*, Lisboa, F.C.G., p. 35-64.
- Idem* (1992c), “A evolução da cultura castreja”, *Conimbriga*, 31, Coimbra, p. 39-71.
- Idem* (1998), “On the *Ciuitates* mentioned in the inscription on the Bridge at Alcântara”, *Journal of Iberian Archaeology*, 0, Porto, ADECAP, p. 143-157.
- Almeida, Carlos A. Ferreira e Santos, Eugénio dos (1971), “O Castro de Fiães”, *Revista da Faculdade de Letras - História*, 2, Porto, p. 147-68.
- Idem, Idem* (1972), “O Castro de Fiães (II)”, *Revista da Faculdade de Letras - História*, 3, Porto, p. 207-14.
- Almeida, Fernando de (1953), “Terminus augustalis entre Talabriga e Langobriga”, *O Arqueólogo Português*, 2^a série, 2, Lisboa, p. 209-12.
- Alves, Francisco J. S. *et al.* (1989), “A armadilha de pesca da época romana descoberta na praia de Silvalde, (Espinho)”, *O Arqueólogo Português*, Série IV, 6/7, Lisboa, 1988-89, p. 187-226.
- Araújo, José R. (1920), *Perosinho - Apontamentos para a sua monografia*, [reimp., Porto, 1980].
- Araújo, Maria Assunção (1991), *Evolução geomorfológica da plataforma litoral da região do Porto*, 2 vols., diss. policop., Porto, Faculdade de Letras.

- Brandão, Domingos P. (1962), “Achados soltos de cobre e bronze no concelho de Arouca”, *Studium Generale*, 9 (1), Porto, p. 85-93.
- Idem* (1963), “Achado da «época do Bronze» de Vila Cova de Perrinho, Vale de Cambra”, *Lucerna*, 3, Porto, p. 114-8.
- Brun, Patrice (1987), *Princeps et princesses de la Celtique. Le premier Âge du Fer (850-450 av. J.-C.)*, Paris, Errance.
- Carballo Arceo, Luis X. (1986), *Povoamento Castrexo e Romano da Terra de Trasdeza*, s/l, Xunta de Galicia.
- Idem* (1996^a), “Os castros galegos: espacio e arquitectura”, *Gallæcia*, 14/15, A Coruña, p. 309-57.
- Idem* (1996b), “O espacio na cultura castrexa galega”, in Hidalgo Cuñarro, J. M. (coord.), *A cultura castrexa galega a debate (Actas del Curso de Verano de la Universidad de Vigo...)*, Tui, IET, p. 105-38.
- Cardoso, Mário (1949), “Nova estela funerária do tipo da «Pedra Formosa»”, *Revista de Guimarães*, 59 (3-4), Guimarães, p. 487-98.
- Caront, Laurent (1996), “Art et société d’après les stèles funéraires de Cárquere”, *Conimbriga*, 35, Coimbra, p. 69-106.
- Coffyn, André (1983), “La fin de l’Âge du Bronze dans le centre-Portugal”, *O Arqueólogo Português*, 4^a série, 1, Lisboa, p. 169-96.
- Daveau, Suzanne (1980), “Espaço e tempo. Evolução do ambiente geográfico de Portugal ao longo dos tempos pré-históricos”, *Clio. Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, 2, Lisboa, p. 13-37
- Idem* (1995), *Portugal geográfico*, Lisboa, Sá da Costa.
- Fortes, José (1907), *Duas joias arcaicas*, sep. de “Portvgalia”, t. II, fasc. 3, Porto.
- Guerra, Amílcar (1995), *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*, Lisboa, Colibri.
- Girão, Aristides Amorim (1922), *Bacia do Vouga. Estudo geográfico*, Coimbra, Imp. Univ.
- Idem* (1941), *Geografia de Portugal*, Porto.
- Lopes, Luís Seabra (1995), “Talábriga. Situação e limites aproximados”, *Portvgalia*. Nova Série, XVI, Porto, p. 331-343.
- Idem* (1997), “O problema da localização de Talábriga”, *Munda*, 34, Coimbra, p. 57-60.

- Madahil, António G. Rocha (1941), *Estação luso-romana do Cabeço do Vouga. I. Terraço subjacente à Ermida do Espírito Santo ou da Vitória*, sep. "Arquivo do Distrito de Aveiro", 7, Aveiro.
- Mantas, Vasco G. (1990), "As cidades marítimas da Lusitânia" in *Hiérarchies et territoires. Table ronde internat. du CNRS (Talence, 1988)*, Paris, CNRS, p. 149-205.
- Marques, José A. M. (1989), "Escavações no Castro de UI (Oliveira de Azeméis). Primeira Notícia", *Revista de Ciências Históricas*, Porto, Univ. Portucalense, p. 65-89.
- Martins, Fernandes (1946), "A configuração do litoral português no último quartel do século XIV. Apostila a um mapa", *Biblos*, XXII, t. I, Coimbra, p.163-197.
- Monteagudo, Luis (1977), *Die Beile auf der Iberischen Halbinsel*, Munique.
- Oliveira, Orlando de (1988), *Origens da Ria de Aveiro*, Aveiro, C.M.A. s/d [1988].
- Pereira, Eurico *et al.* (1980), *Carta Geológica de Portugal na escala 1/50 000. Notícia explicativa da Folha 13-D - Oliveira de Azeméis*, Lisboa, SGP.
- Pereira, Félix A. (1907), "Geographia protohistorica da Lusitania. Situação conjectural de Talabriga", *O Arqueólogo Português*, 12, Lisboa, p. 129-58.
- Pinho, Margarida M. (1947), *Elementos para a história de Castelo de Paiva*, Coimbra, 1946-47 [reed. C. M. de Castelo de Paiva, 1991].
- Reis, Álvaro (1993), *Ria de Aveiro. Memórias da Natureza*, Ovar, C.M.O.
- Rey Castiñeira, Josefa (1995), "Cuestiones de tipo territorial en la cultura castreña", *Actas del XXII Congreso Nacional de Arqueología (Vigo 1993)*, II, Vigo, p. 165-171.
- Ribeiro, Orlando e Lautensach, Hermann (1987), *Geografia de Portugal. I - A posição geográfica e o território* (coment. e actual. de Suzanne Daveau), Lisboa, Sá da Costa.
- Russell Cortêz, Fernando (1948), "A ara greco-romana do Castro de Fontes (Novos subsídios para o estudo dos cultos orientais na região do Douro)", *Anais do Instituto do Vinho do Porto*, 9, s.l., p. 45-95.
- Sá, Manuel M. e Paiva, Maria Belém (1994), "Para uma carta arqueológica do concelho de Vila Nova de Gaia. O Castro de Baiza (Avintes/Vilar de Andorinho, V. N. Gaia)", *Gaya*, VI, V. N. Gaia, 1988-1994, p. 43-56.
- Santos, Manuel F. (1940), *A minha terra. Breves apontamentos sobre Romariz*, Porto (reedição do Pe. R. Fontes, s/l, 1984).

- Silva, António Manuel S. P. (1988), “Notas para o estudo do período castrejo-romano no concelho de Arouca”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 28, Porto, p. 85-98.
- Idem* (1993^a), “Introdução ao estudo do povoamento castrejo-romano na região de Arouca”, *Lvcerna*, 2^a série, III, Porto, p. 203-215.
- Idem* (1993b), “Ocupação proto-histórica e romana no Entre-Douro-e-Vouga Litoral: Breve balanço de uma investigação em curso”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 33 (3-4), Porto, p. 427-43.
- Idem* (1994), *Proto-história e Romanização no Entre Douro e Vouga Litoral. Elementos para uma avaliação crítica*. (Diss. Mestr. na Fac. de Letras da Univ. Porto), Porto, policop.
- Idem* (1995), “Escavações arqueológicas em S. João de Valinhas. Do primitivo castro ao castelo de Arouca”, *Poligrafia*, 4, Arouca, p. 199-220.
- Idem* (1997), “Povoados proto-históricos de Vale de Cambra. Elementos para uma carta arqueológica concelhia”, *Boletim Cultural de Vale de Cambra*, 1, Vale de Cambra, CMVC, p. 34-46.
- Idem* (no prelo), “Novos elementos para a caracterização do habitat castrejo no litoral entre Douro e Vouga (Centro-Norte de Portugal), in *Castrexos e Romanos no Noroeste. Colóq. Homen. a Carlos A. Ferreira de Almeida (Santiago de Compostela, 1997)*, Santiago.
- Idem* e Ribeiro, Manuela (no prelo), “A intervenção arqueológica em S. João de Valinhas (Arouca, Aveiro). Do povoado castrejo ao castelo da Terra de Arouca”, in *Homenagem ao Prof. Carlos A. Ferreira de Almeida*, Porto, Univ. do Porto.
- Idem* e Salvador, Jorge F. (no prelo), “O Castro de Ovil (Espinho): um povoado proto-histórico do litoral a Sul do Douro”, in *Ora Marítima. Das Colunas de Hércules à Finisterra. Colóquio sobre o povoamento proto-histórico do litoral atlântico* (Póvoa de Varzim, 1997).
- Idem* e Silva, Fernando A. P. (1995), “O Povoado de S. Julião (Branca, Albergaria-a-Velha, Aveiro)”, in Silva, Isabel (coord.), *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de poder*, Lisboa IPM, p. 123.

- Silva, Armando Coelho Ferreira da (1983), “As *tesserae* do Castro da Senhora da Saúde ou Monte Murado (Pedroso, Vila Nova de Gaia). Contributo para o estudo das instituições e povoamento da Hispânia Antiga”, *Gaya*, 1, Vila Nova de Gaia, p. 9-26.
- Idem* (1984): “Aspectos da Proto-História e Romanização no Concelho de Vila Nova de Gaia e problemática do seu povoamento”, *Gaya*, 2, Vila Nova de Gaia, p. 39-58.
- Idem* (1986), *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira, CMPF/MACF.
- Idem* (1992), “Proto-história do Norte e Centro de Portugal” in Silva, A.C.F. e Gomes, M.V., *Proto-História de Portugal*, Univ.Aberta, 48, Lisboa, p. 29-97.
- Idem* (1993), “A Cidade Castreja - Análise de um processo de proto-urbanização” in Tavares, M. J. F. (coord.), *A Cidade. Jornadas inter e pluridisciplinares. Actas II*, Univ.Aberta, 59, Lisboa, p. 11-26.
- Idem* (1995^a), “A evolução do habitat castrejo e o processo de proto-urbanização no Noroeste de Portugal durante o I milénio a.C.”, *Revista da Faculdade de Letras – História*, II Série, XII, Porto, p. 505-546.
- Idem* (1995b), “Portuguese castros: the evolution of the habitat and the proto-urbanization process”, in Cunliffe, Barry e Keay, Simon (eds.), *Social complexity and the development of towns in Iberia. From the Copper Age to the Second Century AD*, (Proceedings of the British Academy, 86), Oxford, OUP, p. 263-289.
- Idem*. (1996), “A cultura castreja no Norte de Portugal: integração no mundo romano”, in Fernández Ochoa, C. (coord.), *Los Finisterres Atlánticos en la Antigüedad. Época Prerromana y Romana (Coloquio Internacional de homenaje a Manuel Fernández-Miranda)*, Gijón, Electa, p. 49-55.
- Idem* (1998), *Citânia de Sanfins - uma capital castreja* [Catálogo de Exposição], C. M. Paços de Ferreira/Museu Nac. Arqueologia.
- Souto, Alberto (1923), *Origens da Ria de Aveiro (Subsídio para o estudo do problema)*, Aveiro.
- Idem* (1953), *Estudos de paleogeografia e geografia das Beiras. Nota sobre a formação do actual aspecto geográfico da Beira-Vouga-Litoral*, Aveiro.



casadesarmento
centro de estudos do património

Tranoy, Alain (1981), *La Galice Romaine. Recherches sur le nord-ouest de la péninsule ibérique dans l'Antiquité*, Paris, Diffusion de Bocard.

Vasconcelos, José Leite de (1896), "Novo achado de braceletes pré-romanos", *O Arqueólogo Português*, 2, Lisboa, p. 86-88.

VV.AA. (1909), *Annaes do Municipio de Oliveira de Azemeis. Coordenados por um grupo de oliveirenses*, Porto.